

SANTARÉM EM EMERGÊNCIA CLIMÁTICA, SOCIAL E MILITANTE

A política que nos serve é a que serve a gente e o espaço, uma política da esquerda irreduzível na transformação social, intransigente na luta ecológica, feminista, lgbtqi+, antirracista e antifascista, no combate à desigualdade, onde cada luta emancipatória cabe e onde se constrói comunidade. Quem traz a luta para a rua transporta consigo a esperança.

O território do distrito de Santarém excede o eixo litoral de desenvolvimento e sobrepovoamento do país e apresenta características de interioridade e rarefação populacional. É um espaço que sucumbe ao abandono sistémico por parte da administração pública, que concentra serviços deixando desprotegidas e onerando financeiramente populações e empresas, aumentando assimetrias e hipotecando o futuro de gerações. Saem os novos, ativos e com capacidade reivindicativa, e sobram os velhos com cada vez menos cuidados prestados.

É necessário um território cuidador, de serviços públicos universais. A cada um, independentemente da sua idade e capacidade, deve ser garantida autonomia no acesso com qualidade à saúde, educação, sem esquecer a rede pública de creches e jardins de infância, comunicação, cultura e mobilidade, mas também à alimentação, energia e habitação. Sem isso não há justiça social nem ecológica. A evolução tecnológica tem de servir para aproximar os serviços do cidadão e onde não há rede de serviços tem de haver serviço ambulatório. É nas respostas sociais que importa garantir e privilegiar o apoio domiciliário e a autonomia, seja na rede pública de cuidados paliativos e continuados, nos cuidados de saúde, no apoio a idosos ou a portadores de deficiência.

Ao cuidado deve aliar-se a liberdade, liberdade individual, emancipatória, que traz a cidadania plena. Os ataques à autoafirmação, com a normalização do racismo, da xenofobia, transfobia ou da homofobia, têm de ser combatidos, esse combate passa pela educação, pela ampliação da diversidade cultural, pela garantia da preservação da memória e do património. Mas a emancipação individual, que ultrapassa a liberdade e a subsistência precisa da aposta na democratização da cultura, quer no acesso quer na criação cultural.

Já na mobilidade o BE não pode abandonar a exigência de acesso a transportes públicos, incluindo as zonas de menor densidade populacional, com o reforço da oferta ferroviária de passageiros e mercadorias, a remodelação das estações do Entroncamento e Abrantes, a conclusão da A13 e o IC3 com a eterna promessa da acessibilidade ao Ecoparque do Relvão, e a construção de uma nova travessia do Tejo a norte da Chamusca.

A política governamental ambiental, de descarbonização da economia e de transição energética está a revelar-se um desastre do ponto de vista dos ecossistemas e da biodiversidade. A priorização do negócio privado e do lucro irresponsável não se esgota na precarização de serviços públicos

impactando ainda na estrutura produtiva e na paisagem, com substituição das culturas e pecuárias extensivas por regimes intensivos e ultra intensivos, enquanto o estado português vai aceitando com complacência indústrias poluentes e atividades económicas predatórias.

Falta fazer regionalmente o debate sobre a Transição Justa da Central do Pego, bem como é urgente desmascarar o processo de transição energética com a proliferação sem critério das centrais fotovoltaicas, sem responder a um modelo transformador de produção e consumo de energia. mas O reforço da Resiliência Hídrica do Tejo (proposta do governo), o aumento das áreas de regadio na região ou a revisão dos caudais ecológicos, com a revisão da Convenção de Albufeira, são temas amplamente debatidos nos movimentos ambientais e de cidadãos mas que não cumulam numa tomada de posição inequívoca do Bloco de Esquerda. Temas como a monocultura, a agricultura intensiva e superintensiva que continua a proliferar, com o avanço permanente de um deserto verde, a erosão dos solos ou a poluição difusa, resultante de produção pecuária, agrícola e industrial, continuam a ser problemas a responder.

É inevitável reeducar os modos de consumo e assumir a produção de proximidade, tendencialmente cooperativa, da alimentação à energia. As estruturas de poder local e “regional” não querem transformar, não mudam a lógica de poder, de crescimento infinito e recusam centrar o planeamento nas pessoas e no ambiente.

Mas o Bloco de Esquerda também precisa de ultrapassar a sua excessiva institucionalização. O enfoque nas estruturas administrativas, e na perspetiva burocrática da gestão da coisa pública, desguarnece muitas vezes a relação com a política real e principalmente a sua comunicação para e com as pessoas.

Depois das derrotas eleitorais e da reestruturação interna que as seguiu, o bloco precisa de muito: orientação política, organização, representatividade. O partido precisa de mais militantes, motivados, diversos, esclarecidos, menos constrangidos por tendências e sensibilidades, precisa de organização coletiva e horizontal. Militância para além das quotas, do financiamento da sede, do financiamento das atividades do partido, do agitar de bandeiras e da moldura humana. Importa conhecer e agir sobre o território real, dos aderentes, das concelhias e da sociedade civil são prioridades para esta plataforma.

Mas que dificuldades enfrenta a militância? Sente-se valorizada, transporta para o movimento a sua experiência de vida, o seu trabalho, a experiência académica, associativa, sindical? É possível resgatar a militância para a participação dentro e fora do partido, para a partilha de experiência e a ampliação da capacidade do coletivo de intervir nas comunidades locais? Consultar, debater e estabelecer prioridades, informar e prestar contas. Restabelecer as redes de contacto entre as concelhias, criar e disponibilizar bolsas de propostas locais e regionais, prestar e receber apoio político, logístico, burocrático, numa lógica de interajuda e de cooperação.

Entre os deveres do estado e as propostas do bloco de esquerda ficam as comunidades onde vivemos. É necessário compreender o que é esperado do

Bloco de Esquerda pela população, pelos trabalhadores, do setor público e privado, com as suas reivindicações e dificuldades, o tecido empresarial composto por tantas micro, pequenas e médias empresas, esmagadas pela política fiscal, pela grande distribuição, pelas grandes superfícies com a conivência dos sucessivos Governos, Autarquias, e Entidades Reguladoras, as Instituições que prestam serviços fundamentais à população. É este envolvimento, que começa nas camadas mais jovens da população que é necessário alimentar.

Mas... e dentro do partido?

O Bloco de Esquerda é hoje um partido exangue que desmobiliza os seus, esmaga na secretaria a participação, desconsidera opiniões divergentes e asfixia minorias de que desconfia. No distrito de Santarém, o Bloco de Esquerda divide-se entre duas forças, num choque com prejuízo para as populações. Crescer e agir para além desta lógica é urgente.

Da Comissão Coordenadora Distrital às concelhias, as lógicas de feição criam bloqueios à necessária cooperação entre camaradas, estruturas locais e autarcas eleitos. É desenvolvida uma inoperacionalidade que diminui a qualidade e quantidade de trabalho político, e promove o afastamento de militantes, que entre suspensões de mandato e abandono do partido vai provocando um deslaçamento da militância, que se sente cansada, mas também inútil. A militância local, que resiste a complexos jogos de poder e interesses grupais, vai aguentando por acreditar na viabilidade do projeto de sociedade que o Bloco defende.

Face ao anúncio da sua morte, é urgente acelerar a democracia interna, estimular os processos democráticos e participativos. Só em Santarém a percentagem de subscritores de moções passou de 43 para 29% dos militantes, temos mais militantes, mas menos engajados? Certo é que aqui 70% dos bloquistas escolhem não tomar partido dentro do partido.

O BE no Distrito de Santarém fruto de uma CCD ST bloqueada, perdeu a capacidade de ombrear, no espaço público, com as outras forças políticas. O BE não consegue em tempo útil pronunciar-se sobre as propostas estruturantes para o distrito quer vindas de outras forças políticas, quer de instituições e entidades com competência na organização do território.

O Bloco não tem, a nível distrital, um projeto político-administrativo que posicione o distrito à escala regional e nacional, mas é urgente a construção neste projeto para o distrito de Santarém, um projeto que transmita confiança à população, às associações e aos restantes agentes económicos.

Não nos resignamos ao silêncio porque do nada, nada vem. Estamos dentro do partido e insistimos que há um partido a cerzir e que isso deve começar nesta convenção nacional.

Creemos na intervenção dentro e fora das instituições do Estado. Na esquerda que se constrói de baixo, que se alicerça num coletivo que resista a maus resultados eleitorais e que reforça a militância quando o contexto social e a conjuntura política lhe falham. A esquerda que tem sedes, que integra os vizinhos, de bairro e de luta, que disputa o espaço público e as gentes, que acredita na radicalidade da democracia.

Sem proximidade não há política de esquerda. Nem dentro, nem fora do partido. Acreditamos que que a militância local importa, livre dentro do partido, descomprometida com as estruturas de poder, comprometida com o partido e com o Povo!

Subscrito por,

Ana Sofia Ligeiro Mendes Pereira - A13327 - Torres Novas, Santarém

Armindo Rodrigues Silveira - A10694 - Abrantes, Santarém

Carlos Miguel Matos Lucas - A14482 - Abrantes, Santarém

Pedro Alexandre Leitão Grave - A3775 - Abrantes, Santarém